



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 181260 - RS (2021/0225397-7)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
SUSCITANTE : **PAQUETA CALÇADOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **MARCELO BAGGIO - RS056541**
 ROBSON REIS - RS061176
 JOAO CARLOS LOPES SCALZILLI - RS016581
 AQUILES E SILVA MACIEL - RS109422
SUSCITADO : **JUIZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE SAPIRANGA - RS**
SUSCITADO : **JUIZO DA 5ª VARA DO TRABALHO DE NOVO HAMBURGO - RS**
INTERES. : **TEREZINHA APARECIDA DE BAIRROS**
ADVOGADOS : **ÂNGELO LADIO DA SILVA - RS023552**
 CLAUDIO ACIR DOMINGUES - RS023553
 CLÁUDIO ACIR DOMINGUES FILHO - RS084914

DECISÃO

Cuida-se de conflito de competência com pedido liminar suscitado por PAQUETA CALÇADOS LTDA., em recuperação judicial, em que aponta como suscitados o JUIZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE SAPIRANGA (RS) e o JUIZO DA 5ª VARA DO TRABALHO DE NOVO HAMBURGO (RS).

A suscitante alega que, "diante da decisão proferida pelo Juízo Trabalhista, considerando que o Juízo Recuperacional é o competente para decidir sobre atos expropriatórios sobre patrimônio da recuperanda e sobre créditos sujeitos à recuperação judicial, sobre destino dos depósitos recursais e, mais ainda, pelo fato de o Juízo Trabalhista ter afrontado a competência do Juízo Recuperacional deixar de cumprir determinação do Juízo Recuperacional de remessa do depósito recursal para conta vinculada à recuperação judicial,, está instaurado conflito positivo de competência" (fl. 5).

Requer, liminarmente, a suspensão de "qualquer liberação de valores para a credor trabalhista no âmbito da reclamatória n. 0001293-73.2013.5.04.0305, em atenção ao art. 6º, da Lei 11.101/2005 e à competência do Juízo Recuperacional, a fim de que seja dado cumprimento ao ofício do Juízo Recuperacional" (fl. 13).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Compete ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art.

21, XIII, c, do RISTJ, decidir, "durante o recesso do Tribunal ou nas férias coletivas dos seus membros, os pedidos de liminar em mandado de segurança, podendo, ainda, determinar liberdade provisória ou sustação de ordem de prisão, e demais medidas que reclamem urgência".

Ou seja, a urgência que autoriza a atuação em plantão judicial no período de férias forenses decorre de situações excepcionais de grave ameaça de lesão a direito.

Na espécie, verifica-se que a suscitante juntou decisão do Juízo trabalhista proferida em setembro de 2020 (fls. 18-22), o que afasta a urgência do pedido liminar formulado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar sem prejuízo de ulterior deliberação pelo relator do feito.

Comunique-se aos Juízos suscitados para que prestem as devidas informações no prazo de 10 dias.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao relator

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente